

Educação para a convivência pacífica entre religiões

Valdina O. Pinto

Desde que o ser humano, independente de cor ou raça, se descobre como ser pensante, a partir do mundo à sua volta depara-se com o acessível e, pelo seu próprio existir, viver e morrer, diante de um mistério. Daí surgem, conforme seu ambiente e a cultura desenvolvida, um senso do sagrado e jeitos de se relacionar, de interagir com esse sagrado; com algo, com alguém misterioso, invisível, origem de tudo por ele encontrado, inclusive o próprio ser humano, cuja origem, ainda que a nossa ciência estabeleça uma explicação, esbarra num limite que continua sendo mistério para muitos. Assim, as religiões, as crenças em um ser supremo têm sua origem na visão de mundo de um povo, nascem da filosofia que provém do modo como um povo concebe o universo, das interrogações que ele se faz sobre a felicidade, o sofrimento, a origem e o fim da vida. Todas as religiões ou formas de religiosidade são fruto da cosmologia de um povo.

Diante da diversidade dos grupos humanos que contribuíram para a formação do povo brasileiro, considerando suas origens ambientais, culturais, nos deparamos também com os diversos modos de interação com o sagrado, as diversas visões de mundo que serviram de base para as diferentes formas de expressão de religiosidade e correntes religiosas existentes hoje na sociedade brasileira. E, como é que a sociedade brasileira reage em face desse ambiente de religiosidades diversas em que vivemos? Como estão as relações entre grupos de pessoas, como as pessoas são vistas, consideradas, a partir da forma de expressão de sua religiosidade, da sua religião? Enfim, como é que convivemos diante do que se mostra, que aparece para nós diferente do que aprendemos e temos incorporado ao longo do tempo como: *a verdade, o certo, o bom, o padrão?*...

Vivenciamos ao longo da história até os dias atuais, manifestações e atitudes por parte de alguns segmentos religiosos que, fundamentados no que acreditam ser a verdade, o que é o certo, o que deve ser tomado como padrão, se fecham para outras formas de expressão religiosa entre nós existentes, principalmente em relação às expressões de religiosidade de matriz africana e, assim, impedem o diálogo tão necessário para um entendimento dessa nossa diversidade e para a prática de uma boa e pacífica convivência com o diferente.

Vejamos, por exemplo, em que se baseia a religiosidade dos bakóngo, um dos grupos africanos que para aqui foi trazido, qual o conceito de religião que eles deixaram como legado para os afro descendentes seguidores da religiosidade de matriz africana hoje.

A religião para um africano é antes de tudo vida, uma vida vivida no cotidiano. A sua religião, ao menos a crença em um ser supremo, nasce da visão de mundo e reúne leis e ligações que os vivos estabelecem entre o passado, os mortos, o presente e o futuro. Mas também leva em conta as interações que se operam perpetuamente ou por intermitência. Essas são as explicações que os membros duma sociedade dão ou tentam dar a todos os acontecimentos da vida, são as ligações que os vivos estabelecem entre eles e os elementos que os cercam. Esses elementos podem ser de natureza visível e invisível. Logo, a concepção do mundo é feita da percepção do meio ambiente conforme o que se acha diante do desconhecido ou inacessível. De saída, cada indivíduo ou grupo de indivíduos, leva em conta o seu ambiente geofísico e cultural, com sua percepção, em consequência, sua visão de mundo.

Assim, os povos respectivos da savana, da floresta, das altas montanhas, das regiões vulcânicas, das planícies, do litoral etc têm cosmologia particulares. (ZAMENGA, 1996).

Todavia, as particularidades das concepções convergem para uma cosmologia que se pode chamar verdadeiramente africana. Todas as concepções locais convergem versus dois desconhecidos que são a VIDA e a MORTE, donde nasce o que se pode chamar a fonte das filosofias e religiões africanas.

Tomemos também como exemplo as bases culturais desse grupo que nos revela, através dos seus fundamentos culturais registrados por Fu-Kiau,(1969) outra forma de pensar o mundo, o sagrado, o espiritual:

Fundamentos Culturais Bântu-Kongo

O alto ancorado no baixo

O físico envolvendo o espiritual

O humano no inumano

O líder no antepassado

O visível no invisível

O conhecido no desconhecido

O comum no extraordinário

O pensado no impensado

O profano no mistério

O acessível no inacessível

O futuro, como o presente, no passado

O processo de vida na experiência humana. (FU-KIAU, 1996) (tradução nossa).

Torna-se impossível entender uma forma de espiritualidade, uma expressão de religiosidade embasadas numa concepção como a acima descrita, a partir dos padrões religiosos ocidentais; é necessário se despojar de preconceitos e se abrir para o respeito a outras formas existentes de pensar, de ver, de sentir o mundo em que vivemos, outras formas de interagir com esse mundo, para poder entender as expressões de religiosidade oriundas desses povos que ainda sobrevivem entre nós.

A Bahia, particularmente a cidade do Salvador, concentra uma população majoritária de afro descendentes; os valores culturais predominantes entre nós e tomados como referência quando se quer mostrar - "vender", "exportar" a imagem da Cidade do Salvador, da Bahia, são os valores culturais da nossa herança africana. Entretanto, no cotidiano, no real do dia-a-dia, qual é o lugar que ocupa o elemento portador desses valores, dessa herança dentro da sociedade baiana, soteropolitana? Como é tratada essa cultura, essa herança, essa nossa parte negra, essa nossa ancestralidade? Nós, que somos da cidade mais negra do Brasil, estamos dando visibilidade a essa nossa negritude nas escolas? Os nossos valores culturais negros são apresentados como diferentes ou como inferiores? Enfim, nós negros, temos tido oportunidades de nos sentirmos realmente pessoas, cidadãos, sujeitos

capazes, com história, com valores diferentes, porém não inferiores, dentro das escolas?

Respondendo honestamente a essas e a tantas outras questões, vamos constatar que a educação desenvolvida nas escolas tem contribuído para o reforço e reprodução de racismo, de preconceitos, de mecanismos de exclusão, de discriminação, de inferiorização do negro em nossa sociedade. E isso vem se processando ao longo de décadas e, até mesmo com a utilização do próprio negro, uma vez que nós, educadores, aqui na Bahia, somos em maioria negros, afro descendentes, embora grande parte não se reconheça como tal. Isto porque, pesam sobre nós os mecanismos existentes na sociedade que têm como objetivo fragmentar a identidade negra e promover a autonegação do negro.

Não se pode conceber educação no Município de Salvador sem considerar os valores do universo cultural dos afro descendentes sem a preocupação de buscar entender como a base ancestral desse segmento interage, se inter-relaciona com a vida, com o seu ambiente, sem lhes permitir o conhecimento de sua história, de sua ancestralidade, do valor do ambiente natural para seus grupos ancestrais.

Uma das questões a ser trabalhada na escola e que merece tato, capacidade, visão aberta e plural do educador é a questão religiosa. E por que isso? Geralmente a tendência é omitir o assunto, ou apresentar a religião católica como oficial, padrão, merecedora de destaque, ou impor aos alunos valores da religião praticada por quem educa ou está no posto de direção de uma escola. O resultado é que nenhuma dessas tendências, de modo algum, alcança o papel que a escola deve desempenhar em relação à questão. Por outro lado, o educador não está preparado, instrumentalizado para o que realmente deve fazer.

E o que deve fazer é construir com as crianças, jovens e adultos o conhecimento da pluralidade, da diversidade de expressão religiosa existente em nossa sociedade, trabalhando as formas universais que atendam às diferenças culturais, conduzindo nosso alunado a pensar a religiosidade como expressão humana, e torná-lo capaz de conviver com todos os segmentos religiosos, inclusive os de matrizes africanas, e, também, com as pessoas atéias, com aquelas que não têm crenças espirituais, mas que são parte integrante da nossa sociedade com os mesmos direitos e deveres de todos os cidadãos.

Vale destacar que a Constituição assegura o direito inviolável à liberdade de consciência e de crença. A escola é o espaço de socialização do sujeito onde a cidadania dos alunos e profissionais deve ser exercida independente da religião de cada um, ou mesmo do fato de não se ter religião. A escola pública é uma instituição de Estado e deve caminhar em sintonia com a Carta Magna que rege o país.

Independente da religião praticada pelo educador, diante dos seus alunos, a sua postura deve ser desprovida de restrições, de preconceitos; deve estar orientada para a construção do respeito às diversas formas que os seres humanos, através dos tempos, têm construído para se relacionar com o que acredita ser o seu Criador ou com o mundo por Ele criado, e entre os próprios seres humanos, conforme o pensar, o jeito de conceber, de ver o mundo nas diversas culturas, particularmente naquelas que contribuíram para a formação da nossa cultura local.

Necessário se faz uma criação de novas oportunidades para os educadores refletirem sobre essas questões, uma vez que a formação do educador não o instrumentaliza para

estar aberto à diversidade. É preciso buscar uma história que ainda não foi contada dentro das escolas; é preciso que o educador tenha o conhecimento e consciência de sua própria história e da história dos seus alunos; é preciso ter o conhecimento de que, anterior à chegada dos colonizadores na África para de lá tirar seres humanos e torná-los escravos, os diversos grupos humanos africanos já haviam acumulado desde seus grupos precursores, seus ancestrais, conhecimentos e tradições milenares. Possuíram formas de conceber o mundo que os cercava e, conforme a realidade regional, o estágio de organização e desenvolvimento, tinham suas formas de codificar, comunicar, expressar seus pensamentos, seus sentimentos, suas crenças. Já tinham o conhecimento de um Ser Criador, um Ser Supremo. Tudo isso de forma diferente, porém não inferior ao estrangeiro; apenas diferente.

A falta de respeito, de compreensão e consideração ao modo de ser dos povos africanos, a intenção de dominar e de impor a sua cultura, os seus valores, a sua visão de mundo por parte dos estrangeiros colonizadores contribuíram, e muito, para as visões distorcidas e concepções errôneas de hoje, referentes às heranças dos povos africanos para aqui trazidos na condição de escravos, sobretudo no que se refere às expressões de religiosidade, às formas de espiritualidade com base em tradições africanas.

A educação, sobretudo a educação básica nas escolas, deve dar visibilidade a essa diversidade, a essas outras formas de interagir com o sagrado e, assim, contribuir para a construção das relações de boa convivência entre praticantes das diferentes religiões e não, reproduzir discriminação, preconceitos, dominação através de ensino religioso, de qualquer que seja o segmento social.

A intolerância religiosa, no caso específico da direcionada contra o Candomblé e outras expressões religiosas de matrizes africanas, não está dissociada dos mecanismos racistas e de dominação. Infelizmente, nós sabemos o quanto foi cometido de atrocidades em nome da “salvação”, que, na realidade, deve ser entendida como o uso de correntes religiosas colocadas a serviço da dominação, da escravidão. Nos dias atuais assistimos a um grande contingente de negros envolvidos no crescente e desastroso processo de alienação, de autonegação, de perda de identidade, principalmente pelo fato de desconhecer a história dos costumes, tradições, crenças e religiões dos seus ancestrais.

É preciso desconstruir os preconceitos, os estereótipos e as imagens deformadas dos negros bem como dos indígenas no seio da sociedade brasileira, para se edificar, realmente, uma sociedade que respeite, que aceite, que reconheça o direito do ser humano e ser humano negro, com suas visões de mundo, com sua ancestralidade, sua pluralidade, seu jeito de ser e de interagir no mundo e com o mundo, sem que, para isso, tenha que ser visto como o exótico, o feiticeiro, o portador de magias, etc, etc, etc. É preciso devolver o direito àqueles que têm sido dominados, oprimidos, desumanizados, violentados ao longo de séculos.

Posturas e visões etnocêntricas têm gerado no mundo, e particularmente entre nós, em relação aos afro descendentes e indígenas às suas heranças culturais, mecanismos de discriminação, de dominação, de marginalização e muitos preconceitos. É necessário que a educação nas escolas esteja voltada para a construção de valores e práticas de relações humanas, sócio-ambientais, que permitam o reconhecimento da diversidade, da pluralidade

e o respeito a essa diversidade, a essa pluralidade cultural, religiosa, no sentido de superar as discriminações, as relações de dominação e exclusão, o que pode contribuir para uma convivência pacífica em uma sociedade mais justa.

Uma educação desenvolvida nesse sentido, por certo, que requer do educador uma abertura para o diálogo, a revisão de certos conceitos que, ao longo do tempo, foram enraizados; requer também estudo, pesquisa, mas, sobretudo, a ruptura com visões e posturas racistas, etnocêntricas, preconceituosas. A educação deve contribuir para que a pluralidade religiosa existente em nossa sociedade seja respeitada dentro da escola. A utilização da matriz religiosa judaico/cristã como padrão de verdade no ambiente escolar, serve como mecanismo de "violência simbólica" contra alunos que professam outras religiões, principalmente as de matriz africana e indígena, e contra os que não professam nenhuma religião.

A sabedoria africana nos ensina através do provérbio N'ZÂMBI MU KANDA KENA (Deus está na comunidade) que alguém não pode se relacionar interagir com o Nzâmbi invisível se esse alguém não é capaz de se relacionar, de interagir com o Nzâmbi presente no visível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **A Constituição do Brasil 1988**: comparada e comentada. São Paulo: Price Waterhouse, 1996.

FU-KIAU, K. B. **Makuku matatu**: les fondements culturels Bantu chez le Kongo. New York: Vintage Press, 1986.

ZAMENGA B. **Kindoki**. [S.l]: [s.n.], 1996.

